PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº EM-014/2005

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 1991 e posteriores modificações, decorrentes das Leis Complementares nºs 008, de 24/08/1992; 015 de 28/12/1992; 016 de 07/04/1994; 019 de 26/12/1994; 021 de 10/01/95; 027 de 21/12/1995; 031 de 12/09/1996; 032 de 31/10/1996; 036 de 30/06/1997; 039 de 28/08/1997; 044 de 15/12/1997; 048 de 26/08/1998; 50 de 18/12/1998; 053 de 09/03/1999; 058, de 03/11/1999; 080 de 28/12/2001; 086 de 17/12/2002; 087 de 27/12/2002; 088 de 23/12/2002; 091 de 21/08/2003; 095 de 23/12/2003, 097, de 13/01/2004; 101, de 20/08/2004 e 104, de 22/12/2004, respectivamente, que dispõem sobre o Código Tributário Fiscal do Município de Divinópolis, e dá outras providências.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 1991 e posteriores modificações, passa a vigora com as seguintes alterações:

Alteração nº 01 - Art. 7º

Os incisos I e II do art. 7º passam a ter a seguinte redação:

I - Valor venal até 516 UPFMD: 3% (Três por cento)

II - Valor venal acima de 516 UPFMD: 4% (Quatro por cento).

Alteração nº 02 - Art. 31

Os §§ 1º e 2º do art. 31 passam a ter esta redação:

§ 1º Para pagamento de uma só vez, o Executivo concederá um desconto de até 20% (Vinte por cento) sobre o valor total da guia, sendo o percentual e prazo de vigência do desconto definidos em Decreto a ser baixado.

§ 2º O percentual de desconto referido no § 1º deste artigo poderá ser diferenciado, dependendo se o imóvel for predial ou territorial.

Alteração nº 03 - Art. 39

O caput do art. 39 passa a ter a seguinte redação, ficando excluídos os itens I a XX:

Art. 39. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

Alteração nº 04 - Art. 43

O § 4º e o inciso II do § 5º, acrescido no inciso VI, do art. 43, bem como os sub-ítem 7.06, 10.01, 17.19 e 18.01, da Tabela para cobrança do ISSQN anexa ao mesmo artigo, passam a vigorar, respectivamente, com a redação seguinte:

§ 4º Quando a atividade de médico, enfermeiro, obstetra, ortóptico, fisioterapeuta, terapeuta, fonoaudiólogo, Psicólogo, Psicanálise, protético, médico veterinário, contador, contabilista, advogado, engenheiro, arquiteto, urbanista, agrônomo, agrimensor, geólogo, urbanista, paisagista, dentista, economista e psicólogo for prestada por sociedades profissionais, o ISSQN devido será exigido mensalmente, calculado à razão de 01 UPFMD vigente, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

II - os valores repassados pelos prestadores dos serviços referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços, a terceiros a título de co-responsabilidade cedidas, entre credenciados ou cooperados, despendidos em decorrência desses planos, com hospitais, clínicas, médicos, e demais atividades, comprovadamente já tributadas pelo Imposto sobre Serviços .

VI - os valores recebidos do Sistema Único de Saúde -SUS dos serviços prestados referidos no sub-ítem 4.03 e 4.04 da Lista de Serviços relativo a serviços a ele prestados.

TABELA PARA COBRANÇA DO ISSQN

7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2	2
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2	2
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2	5

Alteração nº 05 - Art. 44

O § 1º do art. 44 passa a ter esta redação:

§ 1º Ao contribuinte do ISSQN poderá ser fornecido cartão de inscrição contendo sua identificação.

Alteração nº 06 - Art. 56

O art. 56 passa a ter esta redação:

Art. 56. Os contribuintes informarão, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, por sistema regulamentado por Decreto Municipal, detalhes da prestação de serviços do mês anterior, mesmo que não tenha havido receita, sendo dispensados, os contribuintes previstos no artigo 55.

Alteração nº 07 - Art. 58

Os incisos I e III, do art. 58, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o regime de estimativa será fixado para um período de até 12 (doze) meses, com o imposto expresso em Unidade Fiscal adotada pelo Município, podendo a Autoridade Fiscal, a qualquer tempo, suspender sua aplicação, bem como rever os valores estimados;

III - o valor do imposto a ser recolhido será determinado mediante conversão de seu valor em Unidade Fiscal adotada pelo município para a moeda corrente, tomando-se como base o valor da Unidade Fiscal vigente à data do vencimento do imposto;

Alteração nº 08 - Art. 61

O caput do art. 61 passa a ter esta redação:

Art. 61. Estabelecido o valor de base de cálculo, o Setor competente disponibilizará ao contribuinte o valor a ser recolhido mensalmente. O recolhimento deverá ser feito através de emissão de guia emitida pelo próprio contribuinte em sistema de arrecadação municipal utilizados na época dos pagamentos.

Alteração nº 09 - Art. 63

O § 1º, do art. 63, passa a ter esta redação:

§ 1º O recolhimento do imposto será feito através de guia preenchida pelo contribuinte, em modelo aprovado pela repartição competente da Prefeitura, podendo ser feito ainda por sistema informatizado de arrecadação, regulamentado por Decreto Municipal.

Alteração nº 10 - Art. 68

O art. 68 passa a ter esta redação:

Art. 68. Ao contribuinte referido no artigo 43 (quarenta e três) que não cumprir o disposto nos artigos 44 (quarenta e quatro) e 45 (quarenta e cinco), será imposta multa de 01 (uma) UPFMD vigente, quando se tratar de profissional autônomo, e de 03 (três) UPFMD quando se tratar de pessoa jurídica.

Alteração nº 11 - Art.69

O art. 69 passa a ter esta redação:

Art. 69. Ao contribuinte que, por qualquer modo, dificultar ou embaraçar a ação dos agentes do fisco serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - Por deixar de apresentar a documentação indispensável à fiscalização: multa de seis (seis) UPFMD vigente, por infração;

II - Por deixar de emitir nota fiscal, na forma estabelecida, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido: multa de 30% (trinta por cento) do valor do tributo;

III - Por emitir nota fiscal sem cumprir as normas regulamentares: multa de 50% (cinquenta por cento) da UPFMD vigente, por documento;

IV - Por não possuir livros fiscais: multa de 03 (três) UPFMD vigente;

V - Pela utilização de livros fiscais sem autorização da repartição fiscal: multa de 02 (duas) UPFMD vigente;

VI - Por deixar de escriturar os livros fiscais nos prazos previstos no regulamento: multa de 02 (duas) UPFMD vigente ;

VII - Por não manter arquivado pelo prazo de 05 (cinco) anos, os livros e documentos fiscais, observando o disposto no artigo 173, inciso I do Código Tributário Nacional: multa de 03 (três) UPFMD vigente;

VIII - Por fraudar documentação fiscal por qualquer meio ou artifício: multa de 10 (dez) UPFMD vigente;

IX - Por prestar declaração falsa aos agentes fiscais da Fazenda Municipal: multa de 02 (duas) UPFMD vigente, por documento;

X - Por imprimir ou mandar imprimir notas fiscais sem autorização do fisco: multa de 05 (cinco) UPFMD vigente, por bloco;

XI - Por deixar de comunicar as alterações indispensáveis à Fazenda Municipal: multa de 01 (uma) UPFMD vigente;

XII - Por alegar extravio sem comunicação à repartição ou desaparecimento dos livros fiscais ou dos blocos de Notas Fiscais sem a devida oficialização do fato nos órgãos da imprensa local: multa de 05 (cinco) UPFMD vigente ;

XIII - Por rasurar, rasgar, danificar, extraviar ou emitir notas fiscais fora da ordem cronológica, sem a devida ressalva: multa de 01 (uma) UPFMD vigente, por documento;

XIV - Por não entregar o documento referido no artigo 56 - multa de 01 (uma) UPFMD vigente, por documento.

XV - Por qualquer ação ou omissão fraudulenta ou dolosa não prevista nos incisos anteriores: multa de 05 (cinco) UPFMD vigente, por infração.

XVI - Por deixar de cumprir o disposto no parágrafo 1º do artigo 47: multa de 01 (uma) UPFMD vigente.

XVII - Por emitir nota fiscal consignando valores diferentes nas vias respectivas: multa de 40% (quarenta por cento) do valor da diferença levantada.

Alteração nº 12 - Art. 70

Os incisos IV e V, do art. 70, passam a ter a seguinte redação, ficando revogado o inciso VI, passando ainda o seu § 1º a vigorar desta forma:

IV - 7% (sete por cento) sobre o valor do imposto atualizado monetariamente, se recolhido até 60 (sessenta) dias do vencimento;

V - 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto atualizado monetariamente, se recolhido após 60 (sessenta) dias do vencimento;

VI - Revogado

§ 1º Havendo ação fiscal, a multa será calculada sobre o valor do imposto corrigido, podendo ser recolhida nos seguintes moldes:

a) 10% (dez por cento) do valor corrigido para pagamento em até 10 (dez) dias da notificação;

b) 15% (quinze por cento) do valor corrigido para pagamento em até 20 (vinte) dias da notificação;

c) 20% (vinte por cento) de do valor corrigido para pagamento em até 30 (trinta) dias da notificação;

d) 40% (quarenta por cento) do valor corrigido para pagamento em até 60 (sessenta) dias da notificação;

e) 60% (sessenta por cento) do valor corrigido se o pagamento for efetuado em qualquer fase do processo administrativo;

Alteração nº 13 - Art. 120

O § 1º, do art. 120 passa a ter esta redação:

§ 1º Quaisquer estabelecimentos, depósitos fechados, filiais ou escritórios, situados em local diverso do estabelecimento principal, são obrigados também ao pagamento da taxa de licença de que trata este artigo, sem prejuízo da obtenção do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento.

Alteração nº 14 - Art. 165

Acrescenta-se o parágrafo único ao art. 165, com esta redação:

Parágrafo único. Os galpões e similares terão incidência da taxa somente em relação a área administrativa cadastrada, condicionada à sua utilização conforme destinação própria.

Alteração nº 15- Art. 166

A tabela para lançamento e cobrança da taxa de limpeza pública, anexa ao art. 166, passa a ter esta redação:

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA:

Residencial	
Área Construída(m2)	Quantidade UPFMD
Até 70 m2	1 UPFMD
Mais 70 até 100	1,5 UPFMD
Mais 100 até 200	2 UPFMD
Mais 200 até 300	4UPFMD
Mais 300 até 400	6 UPFMD
Mais 400 até 500	8 UPFMD

Mais 500	12 UPFMD
Comercial	
Área Construída(m2)	Quantidade UPFMD
Até 100m2	2 UPFMD
Mais 100 até 200	3 UPFMD
Mais 200 até 300	6 UPFMD
Mais 300 até 400	9 UPFMD
Mais 400 até 500	12 UPFMD
Mais 500m2	15 UPFMD
Industrial	
Área Construída(m2)	Quantidade UPFMD
Até 100m2	2 UPFMD
Mais 100 até 200	3 UPFMD
Mais 200 até 300	8 UPFMD
Mais 300 até 400	12 UPFMD
Mais 400 até 500	14 UPFMD
Mais 500m2	18 UPFMD
Outros, por unidade	
Área Construída(m2)	Quantidade UPFMD
Até 100m2	2 UPFMD
Mais 100 até 200	3 UPFMD
Mais 200 até 300	6 UPFMD
Mais 300 até 400	9 UPFMD
Mais 400 até 500	12 UPFMD
Mais 500m2	15 UPFMD
Hospitais por unidade	45 UPFMD
imóveis não construídos/por unidade	1,20 UPFMD
Coleta de entulhos	
I - até 06 m3 (seis metros cúbicos)	6,25 UPFMD
II - para cada seis metros cúbicos ou fração excedente	3,75 UPFMD

Alteração nº 16 - Art. 177

O art. 177 passa a ter a tabela anexa ao § 2º alterada conforme abaixo discriminado, acrescentando-se ainda o § 5º, com a seguinte redação:

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE ESGOTO:

Residencial

Área Construída (m2)	Quantidade UPFMD
Até 70 m2	1/2 UPFMD
Mais 70 até 100	1 UPFMD
Mais 100 até 150	1,5 UPFMD
Mais 150 até 200	2 UPFMD
Mais 200 até 250	3 UPFMD
Mais 250 até 300	4 UPFMD
Mais 300 até 400	6 UPFMD
Mais 400 até 500	8 UPFMD
Mais 500 até 750	10 UPFMD
Mais 750 até 1000	12 UPFMD
Mais 1000 m2	20 UPFMD

Não Residencial

Área Construída (m2)	Quantidade UPFMD
Até 70 m2	1 UPFMD
Mais 70 até 100	2 UPFMD
Mais 100 até 150	3 UPFMD
Mais 150 até 200	5 UPFMD
Mais 200 até 250	7 UPFMD
Mais 250 até 300	8 UPFMD
Mais 300 até 400	9 UPFMD
Mais 400 até 500	12 UPFMD
Mais 500 até 750	15 UPFMD
Mais 750 até 1000	20 UPFMD
Mais 1000 m2	30 UPFMD

§ 5º Os galpões e similares terão incidência da taxa somente em relação a área administrativa cadastrada, condicionada à sua utilização conforme destinação própria.

Alteração nº 17 - Art. 179

O caput do art. 179, seu § 1º e os itens 13, 13 e 40, da tabela de cobrança da taxa de expediente, anexa ao § 3º do mesmo artigo, passam a ter esta redação:

Art. 179. A taxa de expediente tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, por qualquer meio, quando houver ingresso de requerimentos, papéis ou documentos, para exame, apreciação, ou de certidões, alvarás, averbações, autenticações, buscas, registros, anotações, lavraturas de termos e outros serviços de expediente como a emissão de ofício das guias de cobrança de tributos ou elaboração de cálculos.

§ 1º a taxa prevista neste artigo, observado o que dispõe o inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, é devida pelo interessado ou requerente, no ato do requerimento e ou da cobrança de tributos municipais.

I - TABELA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PERCENTUAL DA UPFMD
A	TAXA DE EXPEDIENTE	
13 - Guias de recolhimento de tributos expedidas pela PMD, por unidade		10
14 - Segundas vias de guias de recolhimento de tributos fornecidas pela PMD		10
40 - Guias de recolhimento de parcelamento de tributos expedidas pela PMD, por unidade		5

Alteração nº 18 - Art. 237

O § 2º do art. 237 passa a ter esta redação:

§ 2º O tributo, objeto da denúncia espontânea, será recolhido através de guia própria.

Alteração nº 19 - Art. 291

O art. 291 e seu parágrafo único passam a vigorar com esta redação:

Art. 291. Todos os créditos municipais, de qualquer natureza, serão corrigidos monetariamente, segundo a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, medida durante os últimos 12 (doze) meses anteriores, ou em prazo menor, observando-se a natureza e periodicidade do lançamento de cada tributo.

Parágrafo único. Ficam respeitados os efeitos dos índices e parâmetros vigentes até 31 de dezembro de 2.005, restabelecendo-se a UPFMD como parâmetro dos valores previstos com base nesta referência.

Art. 2º Fica restabelecida a Unidade Fiscal Padrão do Município de Divinópolis - UPFMD, que será adotada como parâmetro de lançamento e cobrança de tributos, multas e outras exações previstas no Código Tributário Municipal e ou em leis esparsas.

§ 1º As importâncias fixas ou correspondentes a tributos, multas, limites para fixação de multas ou limites de faixas para efeito de tributação, serão expressas por meio de múltiplos e submúltiplos da unidade referida no caput deste artigo, a qual figurará na legislação municipal sob a forma abreviada de UPFMD.

§2º O Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, estabelecerá anualmente, por meio de Decreto a ser publicado no Diário Oficial do Município, o valor da UPFMD correspondente a cada exercício.

§ 3º O valor da UPFMD será atualizado anualmente, em janeiro, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, medida durante os últimos 12 (doze) meses anteriores.

§ 4º Para todos os efeitos, convalida-se em R\$ 34,86 (trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos), o valor da UPFMD no exercício de 2005.

Art. 3º Respeitados seus efeitos, fica revogada em todos os termos a Lei Complementar nº 017, de 07 de abril de 1.994, como forma de compensação e atendimento da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 23 de setembro de 2005.

Demétrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal

Ofício nº EM/ 134 /2005
Em 23 de setembro de 2005

Exmo. Sr. Vereador
Vladimir de Faria Azevedo
DD. Presidente da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Divinópolis-MG

Senhor Presidente:

Temos a honra de submeter à soberana apreciação dessa nobre Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei Complementar, que visa adequar, reformular e modificar dispositivos da Lei Complementar nº 007, de 28/12/91, com suas posteriores modificações, Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, dispondo ainda a respeito de outras providências relacionadas com a matéria fiscal do Município.

O projeto em pauta versa basicamente sobre adequações necessárias à realidade econômica atual, e representa, em suma, o atendimento a antigas reivindicações dos legítimos representantes do povo, os honrados componentes dessa Casa, que dividem com o Governo a preocupação com a questão fiscal, de forma responsável e equilibrada, na medida em que os contribuintes de há muito clamam por um modelo tributário mais condizente com a capacidade contributiva de cada um.

É importante salientar, neste momento, que as alterações ora propostas foram resultado de longos e exaustivos estudos com a equipe técnica do Governo e alguns segmentos representativos da sociedade organizada, representando, pois, um esforço conjunto na elaboração de uma proposta viável, séria, condizente com os princípios Constitucionais e legais, ao mesmo tempo em que busca resguardar a necessária cautela no sentido de que seja respeitado o limite que não comprometa a arrecadação indispensável ao atendimento das necessidades sociais.

No seu conjunto, o projeto visa corrigir algumas situações distorcidas em virtude de alterações na legislação econômica e fiscal da Nação, reclamando providências para se evitar descompasso maior e até mesmo para prevenir comprometimento jurídico de algumas ações.

A necessidade de se promover ditas alterações, decorre da própria natureza dinâmica do Direito e principalmente da situação econômica da região, cabendo à lei fiscal, norteadada pelos princípios constitucionais da isonomia e capacidade contributiva, adaptar-se às constantes mutações impostas pela política econômica e financeira que vigora no País, subjugando indiscriminadamente tanto os cidadãos contribuintes quanto os Entes Públicos.

Há, por isso, necessidade de se buscar um equilíbrio que permita ao contribuinte arcar com a responsabilidade tributária de acordo com sua capacidade, sem,

contudo, comprometer a receita própria do Município, estabelecendo-se critérios justos de tributação.

Procurou-se contemplar, à evidência, o lado social da questão, reavaliando critérios de exação e contemplando, no limite, a capacidade fiscal dos contribuintes, trazendo suas responsabilidades tributárias a um patamar mais condizente com a realidade atual, permitindo que possam exercer com plenitude e dignidade o direito de cidadania, além de possibilitar a obtenção do benefício de pagar de uma só vez e com desconto, evitando-se cair na temível Dívida Ativa e assim não cair na dependência de anistia ou outro favor fiscal que sempre sangra os rasos cofres municipais.

Dentre as alterações mais significativas, sem dúvida alguma sobressaem as relacionadas com as Taxas, de modo especial a de limpeza pública e esgoto, além da taxa de serviços administrativos, onde se pode comprovar claramente a grande preocupação do Governo com a colocação das mesmas em patamares mais condizentes com a realidade atual, deixando-as perfeitamente adequadas ao objetivo para as quais foram instituídas.

Na parte relativa ao ISSQN, poucas alterações de destaque, consistindo em sua maioria de simples melhoria na redação de alguns dispositivos, visando não deixar margem de dúvida quanto ao verdadeiro sentido e teor, além da adequação de algumas situações insustentáveis advindas das mudanças econômicas e financeiras do País.

No rol das aludidas modificações, além das alíquotas de algumas atividades que foram revistas, destaca-se a questão das multas moratória e isolada por descumprimento de obrigação acessória, cujas aplicações passam a ter critérios mais justos e condizentes com a natureza e gravidade da infração cometida e do proveito obtido, consistindo em atendimento a antiga reivindicação de boa parte dos contribuintes desta espécie tributária.

Existe, é certo, dificuldade em todos os setores empresariais para o recolhimento do tributo em dia, o que ocorrem grande parte devido à alta carga tributária brasileira. Para minimizar essa situação e, assim, manter o bom funcionamento e serviços, além de manter o equilíbrio econômico e financeiro, necessário se faz que todos os esforços sejam reunidos, com um pouco de sacrifício para cada lado e, com certeza, haverá uma saída para a crise econômica.

Destaque-se mais que, atendendo justas e reiteradas reivindicações de diversos setores da sociedade, algumas que chegaram ao Executivo por meio dos nobres vereadores, o projeto contempla a mudança do índice de correção utilizado, passando da variação acumulada do IGPM (FGV), para a variação do IPCA, apurado pelo IBGE, o que representa, neste momento, a escolha de um índice historicamente inferior que proporcionará uma menor correção dos tributos em atraso e nos que serão lançados ainda.

Na oportunidade, Sr. Presidente, concretizado o inquestionável esforço despendido pelo Executivo no sentido de efetivar uma política tributária e fiscal justa e mais equânime, atendendo aos princípios Constitucionais e legais, dentre os quais sobressaem os da capacidade contributiva e impessoalidade, o Governo municipal vale-se do ensejo para

conclamar V.Exa. e os igualmente ilustres pares para, na condição de legítimos representantes do valoroso Povo divinopolitano, levar aos contribuintes a mensagem de esperança e de convicção no cumprimento das obrigações de todos para com o Fisco, reafirmando o ideal de uma profícua e harmoniosa relação Fisco-contribuinte.

Destarte, aproveitamos o ensejo para propor aos ilustres componentes desta Câmara, em endosso à recomendação encaminhada pelo Ministério Público, a revogação da Lei Complementar 017, de 17/04/1994, providência que agora se torna imprescindível para fazer face aos recursos que deixarão de ingressar em razão das mudanças propostas, atendendo também exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na verdade a referida norma teve seus objetivos deturpados, funcionando apenas como instrumento de obtenção de descontos, procedimento nocivo verificado em razão da impossibilidade de se disponibilizar ao Setor próprio o número suficiente de fiscais para conferência da situação declarada pelo contribuinte, ocorrendo na prática que a grande maioria dos contribuintes efetuam o pagamento como se todas as exigências legais para tanto estejam presentes, o que não acontece.

Assim, a revogação da norma constitui requisito essencial para a aprovação do presente projeto, servindo não apenas como elemento de compensação pelas adequações propostas, como também representa atitude de justiça fiscal, na medida em que retira a possibilidade de reivindicação da concessão de desconto para quem não reúne condições para tanto, acarretando prejuízo fiscal em detrimento de quem realmente merece.

O Executivo fez a sua parte e espera que os contribuintes façam a sua, para que prevaleça o necessário equilíbrio entre a receita e a crescente despesa pública.

Em face de tudo acima exposto, como pela necessidade premente que esse projeto vem apresentar, esperamos e confiamos em sua aprovação por esse Insigne Legislativo, que, com certeza se dará a merecida atenção.

É esse, Sr. Presidente, em resumida síntese, o perfil do projeto que temos a honra de submeter à apreciação dessa nobre Casa Legislativa, esperando receber a necessária compreensão e respectiva aprovação.

Atenciosamente,

Demétrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal